

2 - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE FORMAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR A FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS ESCOLARES EM REDE NA CIDADE DE NATAL/RN

Berenice Pinto Marques¹
Lêda Andrade Oliveira de Sales²
Maria de Fátima Cunha Marques³
Teresa Cristina Coelho dos Santos⁴
Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN

Resumo

Este artigo apresenta um breve relato sobre a qualificação dos Conselheiros Escolares do Município de Natal/RN, à luz do Curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares, que foi realizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, na plataforma MOODLE, como interface entre educação, gestão democrática e tecnologia. Utilizando-se de acontecimentos históricos são abordados os enlaces entre as práticas de gestão na formação de conselheiros escolares e suas implicações para o exercício profissional na escola. Observou-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, ancorado nos princípios da gestão democrática e das novas evoluções tecnológicas da sociedade, contribuiu para a construção e reconstrução das práticas pedagógicas dos conselhos escolares, proporcionando a socialização de informações e conhecimentos com os educadores, bem como os qualificando por meio das redes sociais, para uma possível modificação do pensar e agir de um cidadão. A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, onde as narrativas dos participantes contidas na Plataforma MOODLE tiveram destaque. A análise documental e bibliográfica de autores que vêm dialogando com a temática atualmente foi essencial para explicar os desafios da formação dos conselheiros escolares on-line na atualidade.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Gestão Democrática. Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Introdução

Vivemos em um milênio repleto de transformações tecnológicas e rupturas que alcançam e tocam, ainda que de modo desigual, quase todas as experiências humanas vivenciadas. Mas a “nova ordem” não surgiu de repente. Teve sua origem no fim dos anos 1960 e início de 1970 através de três acontecimentos históricos: revolução da tecnologia da

¹ Mestranda em Educação – PPGED/UFRN. Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Natal /RN. E-mail: berenicemarques2@hotmail.com

² Especialista em Educação. Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de educação de Natal/RN
E-mail: ledasales@hotmail.com

³ Especialista em Gestão Escolar. Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN.
E-mail: fattimacunha@gmail.com

⁴ Mestra em Educação – PPGED / UFRN. Assessora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN. E-mail: teresacoeelho@yahoo.com.br

informação; crise econômica do capitalismo e do estadismo e o aumento dos movimentos sociais culturais, como consequência sociedade em rede; a economia informacional e a cultura da virtualidade.

A transformação ocorrida com o avanço das tecnologias proporcionou a formação de redes de relações informativas que *facilitou* o trabalhar na área educacional. Em todo esse processo a utilização das novas tecnologias contribuiu com o aprender, com a transmissão de saberes, a produção de conhecimentos onde cada um fosse o autor da mudança no seu processo de aprendizagem.

Estamos aos poucos passando da transição de uma educação e formação institucionalizada para uma troca generalizada de saberes. Para tanto, a construção de um novo espaço de conhecimento, onde o computador é o instrumento de comunicação, de pesquisa de informação, produção de mensagens, e que muitas vezes atua como instigador da inteligência. Sob esse enfoque, vem incentivando no interior das escolas, grupos de alunos, pais, educadores a aderirem às inovações tecnológicas para dinamizar o conhecimento, ou seja, estamos na era da aprendizagem coletiva em redes, assim como disse o filósofo francês Pierre Lévy.

Com esse propósito utilizamos a rede internacional de computadores, internet, para disseminar conhecimentos, saberes, vivências, amizades, socialização entre o “outro” e o “eu”. O ciberespaço vem sendo, na ótica do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, a principal fonte para a criação coletiva de ideias, uma vez que vem direcionando para a utilização no alcance de objetivos voltados para a democratização do saber. Nesse exame verificamos que através da cooperação intelectual entre as pessoas, os acessos às páginas da web para difundir práticas de gestão democrática tem crescido, mas não devemos esquecer que todo esse esforço tem como objetivo maior o fortalecimento da escola pública, da socialização de ideias, desejos, saberes coletivo e relato de experiências vividas no cotidiano do conselho escolar.

Na busca da construção de uma escola moderna, devido às mudanças tecnológicas, para a existência dos princípios da justiça e de autonomia, tornou-se necessário a conquista de um espaço que dinamizasse a gestão democrática, o que implica na ampliação da participação coletiva dos colegiados. A implementação dos Conselhos Escolares nos estabelecimentos de ensino é de fundamental importância, visto que o seu papel é decisivo na construção da democratização do espaço escolar. É ele que amplia os espaços para a participação da comunidade, propiciando um clima de debate sobre os temas necessários às mudanças

ocorridas na unidade de ensino, enfatizando a participação coletiva para uma gestão escolar de fato democrática.

Nesse sentido, faz-se necessário um aprofundamento acerca do assunto partindo de opiniões de teóricos, passando por relatos de experiências vivenciadas na escola. Afinal, não se concebe uma gestão democrática sem a existência e funcionamento de um Conselho Escolar atuante, uma vez que é ele que oportuniza a participação para enfrentar graves problemas sociais, vividos na escola que, em escala menor representa os problemas de uma sociedade que tem dificuldade de se ver no outro. .

Para aderir às inovações tecnológicas e contribuir com o progresso da democracia desejada, executando as propostas de resolução dos conflitos através do consenso, é necessário à formação e funcionamento dos conselhos dentro de um espaço mais dialógico e interativo, e isto só será possível a partir de discussões e elaboração de normas que servirão de fundamentação e sustentação do processo participativo. Uma vez que os sujeitos forem capazes de implantá-lo, o espaço do Conselho será o instrumento de tradução dos anseios da comunidade escolar.

Para o artigo aqui apresentado, elegeram-se os seguintes tópicos: o primeiro deles temático onde se delimita o Conselho Escolar como espaço de intervenção social, apresentando uma reflexão sobre os principais acontecimentos sociais que tiveram influência na criação dos conselhos. O segundo é referente à atuação do conselho escolar no cotidiano da escola apresentando um resgate da sua importância do seu funcionamento; o terceiro faz referência ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, na medida em que temos que partilhar nossos saberes, historicizamos o surgimento desta nova metodologia de ensino, a educação a distância no contexto escolar, sua origem e os seus saberes socializados. Finalizamos o texto com a qualificação dos conselhos escolares em Natal: sua história e práticas no AVA, relatando através de uma linha histórica a qualificação dos conselhos escolares no e as suas possíveis ramificações, que devido ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA contempla outros municípios com a formação.

Espera-se que este artigo contribua na efetivação de uma educação democrática onde a comunidade escolar e local participe da gestão das escolas, na busca da melhoria da qualidade social da educação ofertada a todos e com contribuição fundamental, o ambiente virtual.

Como é ser educador em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)? Essa primeira indagação estimula a refletir sobre o que é estar à frente de uma máquina,

interagindo com alguém a quilômetros de distância. Esse devaneio leva-se a rever um tempo passado, recente, da história da educação, num dado momento especificamente, quando se assistia, de forma tímida, os primeiros movimentos de educação à distância.

Natal, capital do Estado, nas décadas de 1950 e 1960 passava por grandes ebulições referentes à educação, cuja população era de maioria analfabeta, como podemos verificar neste relato:

[...] nomeado na primeira legislatura, em 1956, e eleito na segunda, em 1961, pelo voto direto, constituindo-se no primeiro prefeito eleito de Natal, Djalma Maranhão desenvolveu, desde a primeira administração, iniciativas no âmbito da educação popular, embora a mais conhecida tenha sido a Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, criada em 1961. [...] o Rio Grande do Norte, em 1960, de uma população de 951.726, apenas 364.976, sabendo ler e escrever, representando o percentual 38,34%. Natal, cuja população atingira 135.073 habitantes, somente 79.789 sabia ler e escrever, portanto, 59,07% do total de habitantes (CARVALHO, 2009).

A autora apresenta com dados estatísticos a realidade da educação potiguar desta década, com percentuais negativos de escolarização da população. Esse cenário propicia o início das Escolas Radiofônicas, criadas pela Igreja Católica, a partir de 1958. Desta forma, inicia-se a um processo de educação pelo rádio, destinado ao meio rural e inova-se com uma metodologia à distância, que tem o objetivo de atingir norterriograndenses residentes em lugares de difícil acesso nesta época.

Esse modelo de educação cria a Educação à Distância (EaD) no nosso Estado e começa a se criar possibilidades de escolarização para uma parcela da população fadada ao esquecimento pelas políticas vigentes. Portanto, o rádio, constitui-se na principal ferramenta para vencer o isolamento, neste contexto.

A influência educacional e social do rádio foi marcante e extrapolava, durante os idos de 1960 e 1970. Contudo, o regime militar, instaurado em 31 de março de 1964, radicalizou e instalou a censura ao rádio, o que fez com que os projetos radiofônicos educacionais fossem atingidos e, aos poucos, extintos.

No final do século XX, verifica-se um avanço ultrarrápido das tecnologias da informação e comunicação (TIC), que penetram e transformam muitos aspectos da vida cotidiana, que se constitui numa das principais marcas do atual período histórico, nunca dantes tão profundas e rápidas ao longo da evolução humana (ASSMAN, 2007).

Para Delors (2004), as tecnologias fazem a humanidade entrar numa era da comunicação universal, com abolição e minimização de distâncias. As informações podem ser

disponibilizadas em qualquer parte do mundo, permitindo através da *internet*: interatividade e diálogo, sem limite de distâncias entre pessoas.

O autor, realmente, a partir do seu Relatório para a UNESCO sobre a educação para o século XXI, prediz sobre as inovações tecnológicas que viriam a ser desenvolvidas e incorporadas, ao dia a dia, das pessoas em todo o mundo, obedecendo a uma lógica da globalização. E, com esse visionismo, chama a atenção para o papel importante da educação nessa conjuntura, nesse entrecruzar de redes de comunicação, que faz dos homens verdadeiros vizinhos.

Seguindo esse direcionamento, a atual Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, se refere, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada no artigo 80. Regulamentado tal artigo através do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que assim estabelece:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Neste sentido, é legal e se faz pertinente o uso de tecnologias avançadas na educação, partindo do princípio de que as tecnologias fazem parte do cotidiano, são necessárias em praticamente todas as atividades desenvolvidas na sociedade, são acessíveis a um grande número de educadores e, pergunta-se: por que não utilizá-las para a formação destes? E, de maneira específica, por que não disponibilizá-las para a formação de conselheiros num processo, que se busca a gestão democrática da escola pública?

Com esta provocação nos dispomos a escrever esse artigo sobre a nossa prática pedagógica quanto mediadora (tutora) no Curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares, como forma de suscitar reflexões e ampliar o debate sobre as formações destinadas aos conselheiros escolares para que, de algum modo, possam contribuir na articulação de mecanismos para a democratização da escola pública.

Para sistematização do referido estudo, elegeu-se a abordagem qualitativa, através das narrativas contidas na Plataforma MOODLE⁵ dos participantes do curso da turma em foco, análise documental e referenciais de autores que estão trabalhando essa temática.

⁵ Plataforma Moodle – ambiente virtual de Aprendizagem do Curso.

Conselho Escolar: espaço de intervenção social

Na década de 80, com o surgimento da ditadura militar, foi iniciado o processo de retomada da democracia e da reconquista dos espaços políticos que a sociedade civil tinha perdido. Nesse período, foram criados canais de participação de diversos setores nas escolas como: Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres. Os movimentos populares passaram a reclamar a participação mais efetiva na gestão pública. Essa discussão foi introduzida nos debates da Constituinte criando, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil com a participação de categorias sociais de base, tendo como eixo a construção de uma sociedade democrática.

Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas (BORDIGNON, 2004, p. 17).

Assim, as mudanças no capitalismo, a partir do século XX abriram as portas para uma nova realidade, quer no campo da economia, da política ou da cultura. Junto a essas mudanças onde impera o individualismo, aparece o estado ou indivíduo que vê a sua frente novas perspectivas. Conseqüentemente a educação aparece de forma intensa e com prioridades, além do mais envolve uma mobilização social e requer o surgimento da gestão democrática em forma de lei. Com a necessidade de combater, superar e se contrapor à gestão autoritária do Estado, presente na vida política e social, depois do golpe de Estado em 1964 e, conseqüentemente, presente na administração escolar, surgiram às propostas de eleição dos dirigentes escolares e de implantação dos Conselhos Escolares que se tornaram proposições dos educadores e profissionais da educação no âmbito das diretrizes políticas educacionais dos anos 80, embalados pelo movimento de redemocratização do país. É nesse contexto que surgem os Conselhos Escolares para se tornar um espaço de diálogo dentro das escolas e na comunidade, superando os desafios da sociedade.

Com relação à legislação atual, os registros referentes à participação democrática estão nos Artigos 205 e 206, inciso VI da Constituição Federal de 1988, bem como nos Artigos 3º, inciso VIII, Art. 12, inciso VI e no Art. 14, inciso II, que define “a participação das comunidades, escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes”, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96.

As orientações da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 avançaram na criação e mobilização dos Conselhos Escolares, inserida na política de democratização da gestão pública e passando a parecer a partir desta lei, onde enfatiza que deve funcionar de forma prioritária e com instância máxima de decisões dentro da escola, tanto nos aspectos administrativos quanto nos aspectos pedagógicos.

O surgimento do Conselho de Escola é uma parte do processo de democratização da educação para a cidadania e da participação do processo de tomada de decisão. Conforme Gadotti (2001, p. 49):

[...] a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão. A criação dos conselhos de escola representa uma parte desse processo. Mas eles fracassam se forem instituídos como uma medida isolada e burocrática.

Assim, percebemos que o conselho escolar é importante como órgão máximo de gestão democrática da escola, cuja função é de construir as relações de poder entre os seus vários segmentos, criando situações sólidas onde explicitem os dissensos e criem situações de consensos em um trabalho pedagógico coletivo e harmonioso.

Neste sentido, percebemos que os conselhos escolares foram criados como fórum de representação da vontade plural da sociedade via participação das comunidades escolar e local. Sua função é dizer ao governo (da escola) o que a comunidade quer o que deseja ver feito, deliberando e aconselhando os dirigentes, no que julgarem prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola.

A atuação do Conselho Escolar no cotidiano da escola

A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos anos 80, com respaldo das reivindicações sociais e de organizações da sociedade civil pela qualidade de vida e direitos, trouxe como consequência várias experiências educativas de descentralização em várias instâncias de educação brasileira. Com o propósito de discutir o processo de democratização do ensino, conferências foram realizadas a partir de propostas e discursos tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal, versando sobre a democracia participativa por iniciativa do governo ou reivindicações da sociedade civil organizada.

O movimento na busca de democratização da gestão escolar vem crescendo na tentativa de superar práticas corporativistas e elitistas arraigadas à educação brasileira, o que tem provocado perdas ao longo dos anos. Mas avanços significativos têm sido constatados tais como: eleição de gestores das escolas e implantação dos Conselhos Escolares que possuem autoridade deliberativa e controle dos recursos financeiros da escola.

A gestão democrática da escola já aparece em relatos como responsável pelo bom desempenho dos alunos em escolas do país o que é muito interessante, pois indica uma visão mais ampla, por parte da comunidade do processo educativo, situando a aprendizagem também no contexto comunitário e social. Isto contribuirá para que os usuários da escola pública conscientizem-se de que todas as crianças e adolescentes têm direito à educação de qualidade independente de origem racial, social ou geográfica e fiquem atentos aos seus direitos, cobrando-os sempre que necessário.

Nos municípios e estados brasileiros que já acumularam experiências em relação à prática de democratização, a gestão democrática vem exercendo influência positiva no que diz respeito a: estrutura e funcionamento dos sistemas possibilitando uma melhor comunicação secretaria x escola; planejamento estratégico, proporcionando maior participação e transparência administrativa; melhoria na qualidade de ensino oferecido aos alunos, contribuindo para que alcancem a formação cidadã; acompanhamento da política educacional, quando aumenta a capacidade de fiscalização da comunidade na execução das políticas.

É inegável que o exercício dos papéis de cada segmento (direção, professor, aluno e funcionário) fortalece o processo democrático da escola o que implica na garantia do diálogo permanente dos diferentes atores da escola. E esse exercício acontece com a atuação do Conselho Escolar que é o espaço onde todos os segmentos da escola apresentam suas opiniões que favorecerão ao desenvolvimento e desempenho de cada um, formando crianças e jovens para uma participação ativa na vida social.

Sabe-se que, para viabilização da participação, o Conselho Escolar é o órgão mais importante, principalmente quando se busca uma escola autônoma. Sob esta ótica ele contribui como instância de construção de cidadania. No entanto as contribuições ainda não são feitas como deveria, porque essa concepção ainda não foi assimilada, principalmente pelas pessoas que coordenam o processo de gestão.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): saberes compartilhados

O surgimento da Educação a Distância ocorreu na Europa, precisamente na primeira metade do século XX, registrando a Suécia a primeira experiência em 1813, com um curso de correspondência de administração. No Canadá, a Educação a Distância surgiu em 1850. Na Alemanha, em 1856, teve início o primeiro curso de línguas e nos Estados Unidos da América, em 1874. Gradualmente outros países passaram a adotar metodologias em EAD até chegar ao Brasil em 1904 (ALVES, 2006, p. 13).

Há autores, porém, que encontram *as* origens dessa modalidade de ensino, na Antiguidade, tanto na Grécia como em Roma, nas correspondências entre mestres (filósofos) e discípulos distantes, ou nas Cartas que os Apóstolos escreviam para as comunidades cristãs longínquas (SARAIVA 1996).

No Brasil, conforme Oliveira (2006), a EAD conheceu diferentes etapas evolutivas desde o curso por correspondência, passando pela transmissão radiofônica e televisiva, pelo uso do telefone e da informática, até os meios mais modernos como a internet. Atualmente, buscamos novas alternativas metodológicas para garantir que a educação e o ensino de qualidade seja um direito de todos e onde as novas tecnologias facilitem a socialização do saber universal contribuindo para as desigualdades sociais.

No âmbito legal, como modalidade de ensino, a educação a distância no Brasil foi proposta pela Lei n.º 9.394/96 em seu Art. 80, tendo suas diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n.º 10.172/2001. Neste Plano, a educação a distância é entendida como estratégia de democratização do acesso à educação, especificamente àquela de nível superior, bem como da melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

Quase dez anos após a LDB, o Governo Federal nos apresentou o conceito oficial de Educação a Distância, pelo decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005:

[...] é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Novas formas de produção de informação mudaram radicalmente a dinâmica de acesso ao saber. À tela do computador, é um novo recurso de modalidade de leitura, exigindo novas habilidades e competências de educadores e educandos. Hoje, trata-se de questão vital para a escola e para o professor, a reflexão a respeito dessa nova realidade apresentada, em

que não se admite mais a existência de um único tipo de leitor e de um único tipo de leitura: leitura escrita no papel.

Na segunda metade do século XX, uma nova linguagem promoveria uma reviravolta na história da comunicação e na configuração da sociedade. Fomentou-se uma revolução mais radical do que aquela decorrente da invenção da imprensa e dela surgiu a *cibercultura*, sustentada pela linguagem digital, que adensaria o conceito de sociedade da informação.

Instaurou-se o reino da hipermídia, em que muitos meios convergem para a criação de uma nova linguagem, híbrida, poderosíssima e de largo alcance. Contexto novo, que obriga a repensar totalmente a educação tradicional. Criou-se um novo espaço onde atualmente reside o resultado do pensamento humano. Esse espaço não conhece fronteiras físicas, étnicas ou políticas: é o espaço virtual.

Para Pierre Lévy, um dos entusiastas do nosso momento histórico, a informática é uma nova tecnologia intelectual, com capacidade de produzir um novo modo de pensar o mundo e de conceber novas relações com o conhecimento. Esclarece que “a palavra *virtual* vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência”.

Neste sentido, podemos afirmar que um ambiente virtual é um espaço repleto de significação onde seres humanos e objetos técnicos interagem reforçando a construção de conhecimentos. Portanto, todo ambiente virtual é um ambiente de aprendizagem. Se entender aprendizagem como um processo sócio-técnico onde os sujeitos interagem, na e pela cultura, sendo esta um campo de luta, poder, diferença e significação, espaço para construção de saberes e conhecimento.

Que aluno/conselheiro é este que participa do Ambiente Virtual de Aprendizagem para adquirir novos conhecimentos? Ser aluno de um curso a distância é ser um aprendente, em constante interação com as oportunidades que o mundo lhe oferece, descobrindo o prazer de ser uma mente ativa e não meramente receptiva. Para que isso seja possível, é necessário fortalecer a autonomia, disciplina e organização do seu tempo e espaço de trabalho, para que tenha êxito em seu aprendizado.

Essa autonomia deve ir além de aprender sozinho, supondo, pois, a capacidade de discernir entre as informações válidas e inválidas, fazer questionamentos para o que lhe é ministrado identificando o que é verdade, refletir e estabelecer ligações sobre as informações e chegar ao nível de conhecimento apreendido: autonomia significando a capacidade de governar a si mesmo. Quando um indivíduo é autônomo, ele é capaz de administrar os compromissos e, neste caso, sua aprendizagem.

O resultado do desempenho do indivíduo deve-se a organização do tempo e a utilização do espaço como prioridades, assim, o aluno/conselheiro terá o controle da sua aprendizagem e das suas ações enquanto cursista e participante da coletividade do saber. É preciso aprender a organizar o tempo e direcioná-lo, de tal forma, que o indivíduo tenha autonomia para efetivar pesquisas, participar de chats, visitar a biblioteca ou para postar as atividades, mesmo quando realizadas antecipadamente, reduzindo assim a improvisação das respostas que, muitas vezes, é um dos fatores gerados pela falta de tempo e alegado por alguns cursistas como um dos fatores de evasão dos cursos à distância.

O esforço empreendido na construção da proposta de tutoria da Capacitação em Conselho Escolar possibilitou ao aluno interagir no ambiente virtual de aprendizagem - AVA e que não fosse reduzido à passividade de um receptor que olha, copia, repete conhecimentos impostos, saberes frios e criados como dogmas. As ideias foram alicerçadas a serviço de uma democracia deslocalizada e ciente da existência de participantes oriundos de municípios desfavorecidos, numa realidade de sertão nordestino e com todos os tipos de dificuldades, mas que ousou e explorou conhecimentos através de um potencial de inteligência coletiva: valorizando as competências locais, trocas de saberes e de experiências vivenciadas e buscando assim reformular mentalidades. A proposta de tutoria utilizou o ciberespaço, transformando conselheiros em coautores da comunicação e da rede de conhecimentos criando, reinventando, redescobrimo, modificando e tecendo novas e complexas redes de interação e participação. Sua práxis foi centrada no sujeito participativo, dinâmico, socializador, que reconhece a importância da existência do outro, da existência de processos coletivos de construção do saber a partir da *vida vivida* do outro “ser” e da relevância de criar ambientes de aprendizagens que favoreçam a prática da democracia da ação do Conselho Escolar e dialogando sobre gestão democrática, que ora, apresenta-se saber *invisível*, mas *visível* no dia a dia do cotidiano escolar e suas vivências.

O aluno tem que dominar certas habilidades relacionando as informações, igualmente analisando as situações-problemas propostas durante a capacitação. O aluno será mobilizado a: “aprender a aprender”, ter autonomia para selecionar as informações pertinentes à sua ação, refletir sobre uma situação-problema, utilizar as ferramentas do ambiente MOODLE, assistir vídeos, debater no Fórum, utilizar a ferramenta “mensagem” do ambiente virtual e como também, participar das reflexões que forem apresentadas pelos integrantes da turma.

A formação dos conselhos escolares: pioneirismo em Natal (RN) e os seus reflexos nos municípios do Rio Grande do Norte

O município de Natal vem construindo, nas suas escolas, uma nova consciência com relação a sua finalidade e à gestão de seus serviços. Isso acontece desde 1982 quando foi iniciado um trabalho, visando à autonomia da escola e a gestão democrática. Data desse ano a primeira experiência, quando escolheu, por meio de uma eleição direta: Diretor, Vice-diretor e Conselho Escolar de uma unidade de ensino da rede municipal.

Esse processo foi resultado de uma luta pela democratização, realizada na cidade, incorporada pelas associações de classe que representava os profissionais da educação (à época professores, orientadores, supervisores e gestores) e estudantes. Mas o trabalho não foi finalizado, porque a realização do processo mostrou que a comunidade escolar buscava espaço onde se pudesse estruturar o seu trabalho e, como se sabe, isso requer democracia e autonomia. Por isso a luta por eleições diretas para gestores da rede foi intensificada.

Em 1987, as eleições são instituídas no município por meio da Lei nº 3.586/87. A partir dali o processo aconteceria de dois em dois anos, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE). Existia uma vinculação natural com relação ao processo eletivo, quando era eleita a direção da escola e o Conselho Escolar. Este último acontecia, geralmente, no prazo máximo de trinta dias após as eleições para diretores.

Nesse contexto, a eleição de dirigentes das escolas em Natal e a implantação dos Conselhos Escolares representaram avanços importantes na luta da democratização da escola pública municipal.

No período de 1996 a 1998 os Conselhos Escolares ficaram voltados quase que unicamente, para as funções pertinentes às Unidades Executoras. No final de 1998 foi criado um grupo de gestão escolar, com a finalidade de trabalhar, junto às escolas o fortalecimento da gestão democrática o qual se voltou para o resgate dos Conselhos Escolares como canal de expressão de toda comunidade escolar. A SME passou a investir nos Conselhos Escolares para torná-los atuantes e dinâmicos no processo de democratização da escola.

Assim, em 2004 o Ministério da Educação realizou em Natal um encontro piloto de capacitação de conselheiros escolares para testar o material do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do qual participaram 140 conselheiros da rede municipal de ensino de Natal. O trabalho continuou, quando em setembro de 2005 os representantes da Secretaria de Educação Básica/MEC, que fazem parte, do Departamento de

Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino e da Coordenação Geral do programa citado voltaram a Natal, com o material já aprovado para realizar um encontro com formadores do qual participaram técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação cujo objetivo era preparar multiplicadores, para realizar ampla divulgação e estudo do material nas escolas.

Mais uma vez Natal participou intensamente com profissionais da Secretaria e das escolas por entender que se tratava de um assunto muito importante para a gestão democrática, visto que a implementação de um programa iria fortalecer os Conselhos Escolares com foco na participação da comunidade, na vida escolar do aluno, centrando o olhar no Projeto Político Pedagógico, visando a qualidade da aprendizagem.

O trabalho foi difundido junto aos conselhos das escolas com o monitoramento e realização de encontros com conselheiros, envolvendo todos os segmentos, trabalho esse coordenado pelo Departamento de Gestão Educacional da Secretaria Municipal de Educação, que passou a realizar ações de fomento à implantação e ao fortalecimento de conselhos escolares.

Nessa perspectiva encontros foram realizados com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a participação qualitativa dos Conselheiros Escolares, a fim de contribuir com a melhoria da qualidade social e do ensino ofertado, priorizando a integração entre os Conselheiros e a construção coletiva de um projeto educacional no âmbito escolar. Nestes, ficou evidenciando a participação qualitativa, na busca de aprofundamento da discussão sobre temas, oportunizando debate sobre a diversidade. Isto porque a autêntica gestão democrática resulta da participação e do respeito às diferenças.

No ano de 2007, foi oferecido aos conselheiros, um curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares – Projeto Piloto, oferecido pelo Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UNB), em parceria com o Ministério da Educação - MEC, realizando a aula presencial inaugural da FASE I no dia 22 de março e no dia 20 de julho a aula presencial de encerramento da Fase I, com 145 participantes sendo 53 escolas. Os participantes eram dois conselheiros por escola municipal.

O curso trabalhou os conteúdos dos cadernos 1 a 5, que foram elaborados para o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Esses conteúdos foram escolhidos com o objetivo de qualificar a atuação destes, apoiando-os na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, em consonância com o processo de democratização em construção e promovendo a integração entre eles. A primeira fase ocorreu em 2007 e a segunda em 2008, tendo as pessoas que participaram (representantes de pais, alunos,

funcionários e professores) a responsabilidade de atuarem como multiplicadores na rede municipal de ensino.

Em 2010 e 2011 foram realizadas outras formações através do Curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares na Fase I e II, à distância, pela plataforma MOODLE⁶, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN favorecendo ganhos de autonomia institucional e de desenvolvimento profissional.

A troca de experiências, a formação de/em redes, o intercâmbio, os seminários com relatos de casos, o auto estudo, entre outros, foram estratégias utilizadas no curso, e contextualizadas na prática dos profissionais e no projeto institucional da escola. Na plataforma MOODLE, tivemos como situações de recursos para a prática docente de ensino, orientações através de uma tutoria individual, discussões no Fórum, constante comunicação e interação através da Caixa de Correio e *Chats*⁷ e encontros presenciais.

O primeiro curso em 2010, explorou os conteúdos dos cadernos 1 ao 5, e o segundo curso em 2011 explorou os cadernos 1 a 10 na fase I e II que foram elaborados para o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, publicação destinada aos dirigentes e técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação. Os cadernos fazem uma reflexão sobre a importância desse colegiado, trazendo uma discussão voltada para os princípios da gestão democrática.

A metodologia do curso se caracterizou pela modalidade a distância, com acompanhamento tutorial e com uma carga horária de 80 horas/aula distribuídas em módulos, com dois encontros presenciais. As atividades foram realizadas da seguinte forma: a aula presencial inaugural quando os cursistas foram apresentados à Plataforma Moodle, onde seriam desenvolvidas as atividades do curso; fórum; atividades no ambiente virtual de aprendizagem e momento presencial de encerramento do curso.

A concepção que orientou o desenvolvimento do trabalho de acompanhar e avaliar a execução do Projeto foi a “Prática de Pensar a Prática”. Este princípio foi promulgado por Paulo Freire (1977).

O desafio que se coloca nos cursos de formação de professores é como “pensar a prática”, pois é apenas desta forma que aprendemos a pensar e a praticar melhor. De acordo com Freire:

⁷ Chat - espaço que permite “uma discussão textual” (por escrito) em tempo real entre vários usuários da internet.

É desvelando o que fazemos desta ou daquela forma, à luz de conhecimento que a ciência e a filosofia oferecem hoje, que nos corrigimos e nos aperfeiçoamos. É a isso que chamo pensar a prática e é pensando a prática que aprendo a pensar e a praticar melhor. E quanto mais penso e atuo assim, mais me convenço, por exemplo, de que é impossível ensinarmos conteúdos sem saber como pensam os alunos no seu contexto real, na sua cotidianidade. Sem saber o que eles sabem independentemente da escola para que os ajudemos, a saber, melhor o que já sabem, de um lado e, de outro, para, a partir daí, ensinar-lhes o que ainda não sabem (1998, p. 105).

Os ensinamentos através da metodologia AVA foram pensados para possibilitar a criação de comunidades de aprendizagens que desfrutam de certa autonomia e quebra de limites geográficos, proporcionando assim, uma maior interação/inteconnectividade aproximação da realidade enfrentada por outros municípios e pelas pessoas que lá residem, devemos tê-la como algo libertador das relações interpessoais. No entanto, em alguns momentos do desenvolvimento do Curso fomos percebendo que a realidade rechaça essa ideia.

Muitos preconceitos surgiram de uma primeira impressão, pois a tecnologia por si só não assegurou a tão sonhada autonomia, desejada por alunos que buscam, nessa ferramenta, a transposição do modelo de salas de aulas presenciais. Tecnologia essa, fundamentada em possibilitar uma independência na forma do aluno gerir os seus conhecimentos, organizando desde uma biblioteca até o melhor horário para participar das temáticas apresentadas pelo tutor.

Somos, contudo, fruto de nossas vivências anteriores, o que de certa forma faz com que, de uma maneira inconsciente, desejamos a organização de sala de aula formal com professor na sala de aula, horário para cumprir, avaliações e tudo que traduza segurança, porque a mudança cultural é construída paulatinamente pelo sujeito.

Poderíamos assegurar que a abrangência da educação assume outras dimensões quando utiliza softwares AVA, pois perpassa nas significações sobre o processo de aprendizagem produzido pelos alunos até a construção de conhecimento.

A formação Continuada em Conselhos Escolares no ano de 2011 contou com a participação de cursistas de vários municípios: Angicos, Natal, Parnamirim, Várzea, Lagoa Salgada, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Boa Saúde, Bodó, Lages, Fernando Pedroza, Vera Cruz, Nova Crus, Barcelona, Ruy Barbosa, dentre outros.

Podemos registrar como experiência de sucesso o município de Vera Cruz, que na capacitação da Fase I mobilizou a comunidade escolar para a elaboração do seu Plano de Trabalho intitulado “Formando Conselheiros: transformando as escolas, cujo objetivo era sensibilizar todos os conselheiros escolares do município, para desenvolverem ações para

qualificação para a melhoria da sua atuação tendo como beneficiário direto 90 conselheiros e 2.000 alunos na época. Devido à mobilização dos educadores a Câmara Municipal de Vera Cruz criou a Lei Complementar n 383/2011 que “Dispõe sobre a democratização da gestão escolar no âmbito da rede pública municipal de ensino de Vera Cruz e dá outras providência” de 7 de dezembro de 2011, como resultado dos estudos do curso naquela comunidade.

Registramos depoimentos de cursistas, postados no Fórum, para mostrar a importância dessa formação para estes e para seus municípios:

- Aqui em Vera Cruz os conselhos escolares foram implantados primeiramente em três escolas: uma na zona urbana e duas na zona rural. Atualmente as 10 escolas da rede municipal de ensino estão com seus conselhos implantados. Para realização deste trabalho fez-se uma sensibilização com toda a comunidade escolar e discutiu-se de forma coletiva o Estatuto do Conselho, como também se reuniu com os diversos segmentos para eleger seus representantes, após representantes eleitos fez-se a posse com entrega de certificação e apresentação cultural. Foi muito bonito a posse das escolas do campo que trabalham com o Programa Escola Ativa. Estamos na luta para que estes conselhos percebam a importância de um conselho atuante para a melhoria da educação”. Saudações virtuais (Verônica - Vera Cruz).

- Acredito sim, pois a alguns dias atrás eu não conhecia a importância do Conselho Escolar e agora já sei e vejo que quando se trabalha em equipe tudo é possível até mesmo mudar o mundo e digo mais, estou muito contente em está fazendo este curso a distancia, pois estou aprendendo e conhecendo o que realmente é papel do Conselho Escolar em uma Instituição escolar, mas ainda acho muito difícil as escolas públicas desenvolverem este trabalho como é para ser, lógico que algumas com certeza desenvolvem, mas nem todas será realizada, assim, ao pé da letra como se manda. Na escola, que eu sou diretora, até eu conhecer a importância e responsabilidade do conselho escolar, o mesmo não atuava como é para ser, pois quando foi formado o que ficamos sabendo é que seria de responsabilidade dele o que envolvesse a parte financeira da escola. Agora nesse mês de novembro o conselho será renovado e aí sim tudo vai ser diferente, vou tentar fazer com que funcione conforme o figurino. (LAGOA SALGADA).

Os relatos mostram, de forma clara, a importância da formação dos educadores da escola sobre os Conselhos, direcionando para uma ação político-pedagógica, assim sendo, transformando o contexto e criando possibilidades, provocando um processo de conscientização do papel do conselheiro escolar.

Considerações

Este artigo apresentou uma abordagem sobre a linha histórica da qualificação dos conselhos escolares no município de Natal, examinando tendências e movimentos teóricos, buscando a coerência entre a literatura apresentada por diversos autores e a prática vivenciada através das formações dos conselhos escolares no município de Natal/RN.

Nessa busca, pretendeu-se relatar as experiências acerca das referidas formações, o que foi feito a partir da prática vivenciada. A literatura utilizada e os documentos analisados contribuíram para fundamentação e o levantamento de argumentos, que justificaram as experiências vivenciadas.

Diante do quadro de complexidade da democracia na área educacional brasileira, podemos deduzir que os educadores ainda têm alguns desafios. Não há mais lugar para uma escola sem identidade e sem compromisso com seus alunos e com a sociedade. A escola que se pretende, de qualidade, deve ser construída por seus integrantes com o compromisso de se qualificar para acompanhar o desenvolvimento dessa sociedade moderna.

Partindo do princípio que a gestão democrática é importante para o bom desempenho da aprendizagem, é preciso que todos, especialmente os educadores, repensem a sua prática. Conscientizem-se de que a escola é um bem público e o compromisso com o público leva todos à luta pela dignidade profissional e melhores condições de trabalho. É preciso também lutar pelo resgate da comunidade no interior da escola.

É importante lembrar que o coletivo da escola é o responsável pelo bom funcionamento desta instituição. Portanto, é prudente buscar estratégias para que a comunidade se envolva no processo educativo. Além da presença de todos os segmentos, a intensidade da organização desse processo é um mecanismo importante para a aprendizagem da democracia. Deve-se, portanto, fundamentar essa educação na construção de um mundo justo, de relações de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade, procurando aperfeiçoar cada ação, rumo ao crescimento da sociedade brasileira.

A imersão no *ciberespaço*, por meio do curso de capacitação para conselhos escolares no RN com metodologia à distância, online, instigou a autonomia dos participantes, favorecendo o desenvolvimento de habilidades ligadas à pesquisa e ao tratamento da informação. A construção de conhecimentos conduziu em direção a recursos humanos e materiais diversos e proporcionando-lhes uma maior abertura para gestão de seu tempo, de espaço para seus estudos e da seleção de objetos de aprendizagem, assim como o controle sobre os conteúdos abordados e em como conduzir a sua aprendizagem.

Refletindo sobre estas afirmações e contextualizando-as com os registros dos alunos, constatamos que o Curso conseguiu o objetivo proposto, pois o desenho didático convidou o estudante a partilhar informações com os colegas e a construir um processo cooperativo e colaborativo.

Assim, as atividades dinamizadas em interfaces como os fóruns de discussão, por exemplo, sempre convidou os alunos a interagir, fazendo vir à tona as suas ideias, opiniões, reações, suas experiências pessoais e suas expectativas, ficando claro que para criar um contexto de construção coletiva de conhecimentos não basta “colocar” os sujeitos em contato, seja na sala de aula presencial ou virtual, mas é essencial criar as condições para um confronto de experiências.

Em seus depoimentos os cursistas demonstraram que as pessoas apreendem a realidade por meio de uma rede de colaboração na qual cada um ajuda o outro a desenvolver-se, ao mesmo tempo em que também se desenvolve, e assim todos aprendem juntos e em colaboração a partir de uma interação mútua, em um intercâmbio de ideias e pensamentos. Nesse aspecto, com base na interatividade, percebemos que na busca no outro e com o outro, novas experiências e saberes emergem, reduzindo a ênfase frequentemente posta em atividades individuais e puramente livrescas, inerentes ao modelo tradicional.

Assim, podemos nos remeter aos cursistas, que após o término do curso, passaram a implementar e dinamizar o Conselho Escolar, valorizando as opiniões dos conselheiros, estimulando-os no sentido de aumentar a confiança no seu potencial. Com esta participação dos vários segmentos e em sistema de redes e de colaboração estamos exercitando a passagem do modelo um-todos para o modelo todos-todos, formando coautores nesse processo coletivo.

Consideramos a aquisição do saber como fruto da reconstrução da atividade humana a partir de um processo de reflexão sobre experiência, continuamente repensada e reconstruída. Nesse sentido, a análise do curso – Fase I e II - traz contribuições significativas para compreender e procurar construir uma metodologia flexível para a formação de professores a distância.

A riqueza obtida nos depoimentos dos alunos revelou que o curso, apesar dos problemas enfrentados, acionou um processo de mudança aonde em alguns casos, chegou a representar uma linha divisória para a sua atuação profissional e para a sua vida.

As possibilidades estão abertas por esta capacitação. Certamente suscitarão novas pesquisas, novas descobertas, outras construções, novos diálogos, reflexões e interações vivenciadas no contexto escolar e na comunidade. Tudo isso representa o desafio para sobrepujar os conflitos, os desequilíbrios, as injustiças, o preconceito e atingir um novo patamar de cultura e conhecimento na escola.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M. *Os reflexos da nova regulamentação da educação a distancia*. Universidade de São Paulo, 2006.

BETTO, Frei. **A generosidade e a capacidade de doar – seus impactos na gestão empresarial** (palestra proferida em 25 de abril de 2000, a convite do Instituto Ethos, no Pueri Domus Escolas Associadas). Disponível em site: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-891reflexao%2003.pdf> 9/04/2012);

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.304/96**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade** (Caderno 3). Brasília, MEC, SEB, 2004.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares: conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, v. 24).

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do pensamento na era da Informática**, SP, Ed. 34, 1993.

_____, Pierre. **O que é o virtual**. SP: Editora 34, 1996.

_____, Pierre. **Cibercultura**. SP: Editora 34, 1999.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas-SP: Papirus, 2006.